

## Capítulo 1

# De Marx a Drucker

Relendo o *Manifesto* e o «Prefácio» da *Introdução à Crítica da Economia Política*, mais de século e meio depois de terem sido escritos, ocorre-nos perguntar: onde sobretudo se equivocou Marx?

Ou, perguntando outra coisa, embora relacionada com a pergunta anterior: se o marxismo era (ou parecia ser) bem vivo no final dos anos sessenta, princípio dos anos setenta do século XX, onde foram *realmente* vencidos, ou se equivocaram, os marxistas? Como explicar, além do mais, tão profunda mudança na conjuntura ideológica do capitalismo nos últimos trinta ou quarenta anos?

Mais perguntas que nos ocorrem no mesmo contexto: se a ciência económica «burguesa», segundo Marx, é mera expressão ideológica do próprio capitalismo, onde encontrar a chave de um conhecimento verdadeiramente «científico» do triunfante capitalismo, o mesmo é dizer, das sociedades dos nossos dias? Poderemos achá-la no seio do que correntemente se designa por *main stream* do pensamento económico ocidental? Ou deveremos preferir outro tipo de análise, que poderá ser algo como a sociologia económica, ou antes o estudo do desenvolvimento histórico do capitalismo?

O historiador inglês Eric Hobsbawm intitulou de *Interesting Times* uma autobiografia fascinante que cobre aproximadamente o mesmo período da história ocidental que o não menos fascinante *Adventures of a Bystander*, do recentemente falecido Peter Drucker, o *founding father* da «gestão das organizações», ou do *management*. Disciplina tão popular hoje em dia, no pensamento e na prática, e que em boa medida tomou de assalto escolas e universidades, até antes consagradas no ensino da economia.

Dir-se-ia que o *management* tornou obsoleto o conhecimento económico... além do próprio Marx.

Os «tempos interessantes» de Hobsbawm são afinal o século xx, século que poderíamos também classificar, com menos fleuma britânica, de «tempos desconcertantes».

Tempos também intensamente vividos por Peter Drucker, que nasceu em 1909 na Áustria, emigrou para a América do Norte em 1937 e conheceu pessoalmente destacadas figuras do seu tempo como Keynes e Schumpeter, este também nascido na Áustria e emigrado para os Estados Unidos.

Drucker, falecido em 2005 na Califórnia, em cuja casa de Claremont passou os derradeiros anos da sua vida, foi assim privilegiado observador e passageiro, ou transeunte, bem acompanhado, de um tempo que prometia utopias, mas também gerava anti-utopias, ou mesmo profecias sinistras. Como sugeriram obras famosas e muito divulgadas de escritores como Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*) e George Orwell (1984), ou mesmo de um notável realizador de cinema como Stanley Kubrick, autor de uma obra também emblemática deste tempo, chamada *2001, Odisseia no Espaço*.

Porém, como escreveu Drucker numa das suas últimas obras (*2001, The Next Society. A Survey of the Near Future*), a única coisa de que poderemos estar certos quanto à sociedade do futuro é que, tal como no passado, haverá «novas instituições e novas teorias, ideologias e problemas».

Com efeito, recorde-se o desfile impressionante de observadores tão ilustres, e também por vezes tão equivocados, como os que cobrem os dois últimos séculos da humanidade, de Marx a Schumpeter e Keynes e destes a Hobsbawm e Drucker. Três destes, incluindo Drucker, posicionados, embora em diferentes trincheiras, do lado do capitalismo; os dois restantes militando do outro lado.

Não é necessário insistir naquilo em que Marx se enganou, nem Hobsbawm, que durante muito tempo foi filiado num partido comunista... nem Schumpeter, que na fase final da sua vida (faleceu em 1950), com óbvio desgosto, profetizou o colapso do capitalismo, como ele próprio escreveu, por causa do seu sucesso e não do seu malogro (Schumpeter, 1942). E que resta hoje do pensamento de Keynes, como grande inspiração da política económica, em tempo de omnipresente globalização?

Keynes e Schumpeter, com a particularidade de ambos terem nascido no ano da morte de Marx (1883), surgem na primeira metade do século xx como que providencialmente incumbidos de salvar o capitalismo do desastroso epílogo profetizado por Marx. Mas podemos hoje reconhecer que Drucker é provavelmente, no fim de contas, o que mais contribuiu para reforçar o *bright side* do tentacular sistema económico em que vivemos. Recorde-se que o primeiro livro de Drucker, publicado em 1939, se chamava precisamente *O Fim do Homem Económico*.

Nascia ou renascia o homem inovador e empreendedor?, devemos perguntar. Mas, seja como for, não vamos procurá-lo agora; há que primeiro redescobrir e reencontrar o trabalhador.

É sabido que, pelo menos no campo das chamadas «ciências sociais», não podemos conhecer a realidade em si mesma, mas apenas a imagem que dela resulta na nossa visão do mundo ou ideologia. O próprio conhecimento que se considera «científico», embora preze a objectividade, não se liberta facilmente de certo coeficiente ou «desvio» ideológico. Que começa por ser o paradigma construído e defendido pela comunidade científica dominante em cada ramo do conhecimento.

Não podemos, na verdade, dispensar os óculos da ideologia, mas podemos refazê-los para melhorar a nossa visão. Esta ideologia do sujeito do conhecimento pertence à esfera do chamado «conhecimento tácito ou não codificado» (distinto do «conhecimento codificado ou escrito»), que não é sequer perfeitamente consciencializado pelo próprio e pode conter preconceitos ou esconder interesses da classe ou grupo social a que pertence (cf. Michael Polany, 1958).

Nesta perspectiva, a chamada «economia do trabalho» é uma área disciplinar da economia relevante num duplo sentido:

- 1) O conhecimento do que é «realmente», quanto possível objectivamente, o sistema capitalista;
- 2) A expressão ou expressões ideológicas do mesmo.

A disciplina em referência ocupa-se de temas como emprego, desemprego, salários e condições de trabalho, negociação colectiva, sindicalismo, etc. Diz particularmente respeito ao que sugestivamente se convencionou chamar «trabalho por conta doutrem».

Mas, mais profundamente, o tema «trabalho» é essencial naquilo que poderemos chamar, seguindo François Perroux, a «ideologia do Ocidente», a «ideologia do progresso», que ele definiu lapidar-

mente como a busca da «economia sem escassez e da sociedade sem coacção» (Perroux, 1960), aquilo que afinal correspondia, no pensamento do «jovem Marx», ao comunismo, entendido como sociedade óptima e terminal da história.

Não é por acaso, certamente, que os partidos políticos da tradição democrática ocidental, orientados para certo conceito activo de democratização da sociedade, se posicionam, ou identificam, perante a problemática do trabalho ou dos trabalhadores no capitalismo. Diz-se que se trata de ir além de um conceito de democracia apenas formal, pois que a desproletarização do trabalho assalariado seria a grande via da democracia «real».

O apogeu de certa «economia do trabalho» nas economias desenvolvidas da Europa ocidental corresponde também ao apogeu de certo tipo de sindicalismo, e de política económica e social, no período que se convencionou designar por «anos de ouro» do capitalismo e que cobre aproximadamente as três décadas que se seguem ao termo da Segunda Guerra Mundial. Significa também a construção de certos modelos de integração ou coesão social, hoje postos em causa pelas vicissitudes da globalização da economia mundial.

É evidente que essa «economia do trabalho», na ideologia e na prática, mudou profundamente nas outras três décadas que sucederam aos «anos de ouro», ou seja, desde o derradeiro quartel do século passado, e isso é fruto de um processo profundo, e de algum modo inesperado, de transformação do próprio capitalismo, em que sobressai o conjunto de tendências habitualmente designado pelo termo «globalização». E também contou, para isso, o colapso do chamado «segundo mundo» ou «sistema socialista mundial», como pomposamente se autodesignara, o que, por sua vez, em larga medida contribuiu para o desvanecimento do «terceiro mundo». Este emergira no terceiro quartel do século passado e, pelos anos setenta, ainda parecia constituir ou prometer uma via de desenvolvimento alternativa das desenhadas pelos outros dois «mundos».

E no lugar dessa perspectiva analítica da problemática do trabalho, afinal fruto de uma época determinada e «dourada» do capitalismo (ao menos para as classes trabalhadoras do Ocidente industrializado), surge algo, ainda embrionário e de contornos mal definidos, a que chamamos a «nova economia do trabalho». E a novidade, notemos desde já, não é boa ou má apenas por se seguir a algo que ficou para trás na história; é tão-só algo que está surgindo à nossa volta e necessitamos de compreender antes

de julgar e de nos situarmos a seu favor ou, pelo contrário, na oposição militante.

Ora é dessa emergente disciplina, que procura identificar uma complexa e contraditória realidade sócio-económica em gestação, que se ocupa este livro. Fazemos nesta introdução uma breve apresentação da sua temática.

Há cinco grandes temas que importa considerar nesta nova abordagem da economia do trabalho.

O primeiro grande tema respeita ao processo de formação de um mercado global, em sentido a definir, que constitui a envolvente determinante de todo um complexo conjunto de transformações no sistema da economia mundial. Paralelamente, há que ter em conta as tendências demográficas hoje dominantes, pois, em alguns aspectos mais relevantes para o nosso tema, são factores muito influentes nas novas tendências em matéria de economia do trabalho.

Segundo se estima, a população mundial andaria por 650-700 milhões de pessoas no início do séc. XVIII, atingindo hoje cerca de 6,5 biliões; em três séculos, portanto, a população mundial cresceu cerca de dez vezes (cf. «Anexo estatístico», quadro 1). Neste conjunto, por diferentes razões, duas economias assumem particular relevância: os EUA, com 300 milhões de habitantes, e a China, com 1300 milhões. Estas duas nações, contando para cerca de um quarto da população mundial, são personagens principais desta nossa crónica sobre economia do trabalho.

Este é também o tempo do arranque de um longo processo mundial de crescimento económico sem precedentes, fruto não só do aumento das quantidades de recursos utilizados (incluindo, já se vê, os recursos humanos), mas também do aumento da produtividade da sua gestão, esta por sua vez em proporção crescente determinada pelo progresso científico e tecnológico.

No princípio dos anos setenta do século XX, abundaram as profecias sobre o «esgotamento de recursos» e o «crescimento zero». Hoje, fala-se mais (no Ocidente europeu, ao menos) do abrandamento do crescimento demográfico mundial, quando há menos nascimentos e os velhos duram mais, do «envelhecimento activo em lugar da reforma precoce», e diz-se que ou se trabalha mais tempo ou as pensões de reforma terão de ser substancialmente reduzidas.

*The Economist* coloca na sua capa um velho decrépito e pergunta: como lidar com uma força de trabalho mais idosa? (Fevereiro, 15-

-24, 2006), quando, ao mesmo tempo, se torna mais fácil «importar» mão-de-obra jovem e barata das periferias do mercado global. Entretanto, um notável documentário exibido em cinemas de Lisboa, e ironicamente intitulado *Lisboetas*, revela dolorosas experiências de desintegração social, ingénuas expectativas frustradas e culturas e motivações muito diversas nas diferentes comunidades emigradas que a maré globalizadora arrastou até Lisboa e arredores.

Essa «nova economia do trabalho» que procuramos tem, assim, de preocupar-se com os «velhos» que se multiplicam, além dos jovens que, mesmo detentores de diplomas de estudos superiores, não encontram emprego, ou não encontram emprego à altura das suas expectativas. Estes contentam-se muitas vezes, como analisa Machado Pais em estudo aplicado ao caso português, com «biscates, ganchos e tachos» (ICS, 2005).

O segundo tema, mais limitado no tempo e no espaço, remete para a secundarização do mercado de trabalho a favor de um novo «mercado do conhecimento», como lugar primordial da acumulação neste capitalismo do mercado global que se desenvolve e consolida no último quartel do século passado. Das polícias aos enfermeiros, jardineiros e vendedores de todos os géneros, passando pelos gestores, médicos e professores, em todos os casos aumenta a «intensidade do conhecimento» no exercício da profissão ou actividade, da mesma forma que a empresa competitiva necessita de «conhecimento», próprio ou alheio, para melhorar os seus produtos e processos na competição pelos mercados.

O terceiro tema refere-se ao emprego e desemprego, e tem a ver com a discussão de conceitos hoje muito referidos, como «flexibilidade», «adaptabilidade», «empregabilidade», «aprendizagem», incluindo a «aprendizagem para toda a vida», etc. Tem também a ver com as implicações da transformação da estrutura macroeconómica do emprego, determinando que o operário da indústria ceda a sua posição estratégica, na estrutura do emprego, ao dito «trabalhador do conhecimento».

A grande questão que se coloca nesta temática pode ser formulada da maneira seguinte: os grandes propósitos de integração social dos «trabalhadores por conta doutrem» nos capitalismo desenvolvidos do tempo do bem sucedido socialismo democrático estão ultrapassados, ou necessitam apenas de adequação ao contexto da economia do mercado global que hoje predomina por todo o lado? Ou pondo a mesma questão doutra forma: ainda é possível procu-

rar um modelo de coesão social na presente época de capitalismo global, além do mais, apoiado nas novas tecnologias da informação e comunicação (TIC)? O que nos conduz inevitavelmente ao tema do sindicalismo, hoje.

O quarto grande tema, com efeito, respeita ao presente e futuro do sindicalismo e, mais geralmente ainda, ao projecto de «coesão social» que não pode subsistir nos termos dos «anos de ouro» e importa saber se poderá sofrer uma metamorfose ou simplesmente extinguir-se, por se ter tornado irremediavelmente obsoleto.

Uma nova perspectiva que se abre nesta matéria é a própria «globalização» do sindicalismo, ou seja, o seu posicionamento ao nível do que podemos chamar a «mega-economia», que não se pode hoje reduzir simplesmente à economia mundial.

Por outro lado, a economia actual é, mais do que nunca, uma economia de grandes centros de poder privado, multinacionais e/ou transnacionais, mas em que a verdadeira natureza do poder ou da *governance* na organização é questionada. Os «trabalhadores» nessa organização podem ser, ao mesmo tempo, *stockholders* (com participações no capital) e *stakeholders*, com alguma forma de participação na gestão. Mas não é simples, nem muito menos clara, sequer do ponto de vista ético, a configuração óptima do poder nestas organizações, cuja própria identidade é por vezes duvidosa, incluindo a definição do estatuto do «trabalhador do conhecimento».

O último tema é, de certo modo, uma reflexão conclusiva centrada no conceito de «desenvolvimento humano». Sabe-se que a ONU elabora há vários anos relatórios mundiais e nacionais sobre desenvolvimento humano (cf. «Anexo estatístico», quadro 2). O conceito pode ser, e é, correntemente entendido em termos simples e pragmáticos, apropriados para a recolha de dados estatísticos, para as comparações internacionais e para o cálculo de séries temporais. Mas em tempo, simultaneamente, de interpenetração de culturas, de afirmação do princípio da liberdade cultural ao serviço do desenvolvimento humano, da necessidade de ter em conta uma dimensão social da globalização (OIT, 2006), parece justificada uma digressão, após a análise dessa «nova economia do trabalho», por paradigmas de desenvolvimento humano.

Além desta apresentação genérica da «nova economia do trabalho» no contexto do presente capitalismo do mercado global, tentaremos interpretar a situação portuguesa neste domínio, procurando situá-la na perspectiva do processo histórico ocorrido em Portugal na segunda metade do século passado.